

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JACIONE LUZIA KLODZINSKI LOPES

A FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
DO PARANÁ, NÚCLEO DE CURITIBA E O RESULTADO DA PROVA BRASIL/2007.

CURITIBA

2011

JACIONE LUZIA KLODZINSKI LOPES

A FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NÚCLEO DE CURITIBA E O RESULTADO DA PROVA BRASIL/2007.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Políticas Educacionais, no Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rose Meri Trojan

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu Senhor e Salvador, pelo seu amor por mim. Amor que excede todo o entendimento humano.

Agradeço aos professores do Curso de Especialização em Políticas Educacionais: Andréa Barbosa Gouveia, Ângelo Ricardo de Souza, Taís Moura Tavares, que dedicaram seu tempo para ministrar aulas que nos desafiaram a lutar e defender uma Escola Pública de qualidade.

Em especial à Professora Rose Meri Trojan, orientadora dessa pesquisa, pelo seu carinho, paciência e por compartilhar seu conhecimento.

Agradeço a Arlete, uma amiga muito especial, que foi minha colega de turma e que esteve presente durante toda essa etapa da minha formação.

Agradeço à minha família: pais, irmãos, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas; ao meu esposo pelo apoio e companheirismo, inclusive no papel de colega de turma; e especialmente a minha querida filha, presente especial que Deus nos deu; que entende a razão de minhas ausências e me apóia carinhosamente nos momentos em que mais preciso.

Nem olhos viram nem ouvidos ouviram
O que Deus preparou para nós

Um futuro certo, cheio de esperança
e paz, muita paz

Quero viver teus sonhos teus planos
Tudo o que por mim conquistaste na cruz
A tua vontade é o meu prazer

Sem ti nada posso
Opera em mim o teu poder
Vê o fruto do teu penoso trabalho

Alegra-te sobre mim
Alegra-te sobre mim

É tão bom sonhar teus sonhos
É tão bom viver teus planos
E conhecer a graça de pertencer a ti
Deus fiel

Ana Paula Valadão
Diante do Trono

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a relação entre a oferta de formação continuada na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, núcleo de Curitiba, e o resultado da Prova Brasil. Para atender aos objetivos esperados, estabelece-se relação entre os cursos de formação continuada nas áreas de língua portuguesa e matemática e demais áreas de conhecimento, oferecidos aos professores das 8^{as} séries/9^{os} anos do Ensino Fundamental e o desempenho dos estudantes dessas séries, ao se observarem os resultados obtidos na Prova Brasil no ano de 2007. Parte-se de conceitos e finalidades da formação continuada e estudo da legislação nacional e estadual sobre o tema para traçar um panorama das modalidades e das políticas de formação continuada no Brasil, no Estado do Paraná e os cursos oferecidos aos professores pela Secretaria de Estado da Educação no núcleo de Curitiba. Consideram-se as horas de formação continuada oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, como as demais atividades de formação, no período de 2007 a 2010, a fim de cotejar com o desempenho dos estudantes da 8^a série/9^o ano na Prova Brasil, durante o mesmo período, a fim de estabelecer relação entre o resultado e as políticas de formação continuada no Município de Curitiba, no sentido de observar se estas visam suprir as necessidades formativas dos professores.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Avaliação; Formação continuada de professores.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the relation between the provision of continuous education in the State Education Network of the State of Paraná, Curitiba Nucleus, and the result of the “Brazil Exam”. To meet the expected goals, it establishes a relation between the continuous education courses in the areas of Portuguese language and Mathematics and other areas of knowledge, which are offered to teachers of the 8th grades/9th years of elementary school and the performance of the students, according to the results they obtained in the “Brazil Exam” of 2007. The starting point is based on concepts and purposes of the continuous education and the study of national and state legislation on the subject to draw a picture of the terms and policies of continuous education in Brazil, in the state of Paraná and in the courses offered to teachers by the State Department of Education in the Curitiba Nucleus. The hours of continuous education offered by the State Board of Education in the subjects of Portuguese Language and Mathematics are considered, as well as the other training activities in the period of 2007 to 2010 in order to compare with the performance of the students in the 8th grade /9th year at the “Brazil Exam” during the same period and so establishing the relation between the outcome and the continuous education policies in Curitiba, to see if these aim to address the training needs of teachers.

Keywords: Educational Policy, Assessment, Continuous education of teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL	10
1.1 O QUE É A FORMAÇÃO CONTINUADA.	10
1.2 FINALIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	14
1.3 MODALIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	15
1.3.1 Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica... 17	
1.3.2 Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA..... 19	
1.3.3 Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.. 19	
1.3.4 Conferência Nacional da Educação Básica – Coneb. 20	
1.3.5 Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica..... 21	
1.3.6 Conferência Nacional de Educação – Conae..... 21	
2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ	24
2.1 MODALIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ.....	24
2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.....	27
2.2.1 Semana Pedagógica.....	29
2.2.2 TV Multimídia	29
2.2.3 Programa de Produção de Material Didático.....	30
2.2.4 Projeto Folhas.....	30
2.2.5 Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.....	31
2.2.6 Plano de Formação Docente – PARFOR.....	33
3 OS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ, NÚCLEO DE CURITIBA; PROVA BRASIL 2007 E O DESEMPENHO DOS ALUNOS DA 8ª SÉRIE/9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. ...	35
3.1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA - SAEB, PROVA BRASIL E IDEB.	35
3.1.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.....	36
3.1.2 Prova Brasil.	36

3.1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB.	39
3.2 RESULTADOS DA PROVA BRASIL E IDEB NO PARANÁ E NO NÚCLEO DE CURITIBA.	41
3.3 PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.	43
3.4 ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA OFERECIDAS AOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NOS ANOS DE 2007, 2008, 2009 E 2010.	43
3.4.1 Atividades oferecidas nos anos de 2007, 2008 e 2009.	43
3.4.2 Atividades de formação continuada oferecidas no ano de 2010.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXO I.....	53
ANEXO II.....	55
ANEXO III.....	58
ANEXO IV.....	60

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva investigar a relação entre a oferta de atividades de formação continuada na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, e os resultados da Prova Brasil. Para isso tem como objeto o núcleo de Curitiba, os cursos oferecidos em 2010 para os professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o resultado da Prova Brasil / 2007.

O que se espera é estabelecer relação entre o resultado da Prova Brasil e as políticas de formação continuada no Município de Curitiba, no sentido de observar se estas visam suprir as necessidades formativas dos professores.

Como formação continuada considera-se todos os tipos de formação que se apresentam após a formação inicial, ou seja, a formação realizada em serviço e a formação obtida em cursos estruturados e formalizados em nível de pós-graduação.

Esse estudo não pretende identificar a formação continuada como principal responsável pelo processo de se alcançar a qualidade almejada na escola pública, por entender que o desempenho escolar depende também de uma série de outros fatores. A intenção é compreender melhor até que ponto as políticas de formação têm atendido às principais demandas formativas que surgem quando se observa o rendimento dos alunos através das avaliações em larga escala, como a prova Brasil. Os documentos oficiais sobre as avaliações dizem que sua função é

realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino (BRASIL/INEP, 2011).

Para atender aos objetivos esperados nessa investigação, consideram-se as horas de formação continuada oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, no núcleo de Curitiba, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, como as demais atividades de formação, no período de 2007 a 2010, a fim de cotejar com o desempenho dos estudantes da 8ª série/9º ano na Prova Brasil,

durante o mesmo período, dando ênfase principalmente ao resultado da Prova Brasil/2007 e as atividades oferecidas aos professores no ano de 2010.

A pesquisa envolveu o estudo da legislação vigente sobre o assunto: Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96; Decreto nº 6.755/09 - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; Plano Nacional de Educação – PNE; Plano de desenvolvimento da Educação- PDE; Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR; Relatório de Formação Continuada de Professores: Uma Análise das Modalidades e das Práticas em Estados e Municípios Brasileiros; entre outros. Contou com a contribuição dos estudos de Gatti, Kuenzer, Nóvoa, Marin, Jacobsen, Mori, etc. As informações sobre os cursos de formação continuada oferecidos no núcleo de Curitiba foram retirados de dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED/PR.

Esse texto está organizado em três capítulos. Parte-se no primeiro capítulo de conceitos da formação continuada nacional e estudo da legislação sobre o tema, para identificar as finalidades e para traçar um panorama das modalidades e das políticas de formação continuada no Brasil.

No segundo capítulo investigam-se as políticas de formação continuada no Estado do Paraná, os programas de capacitação, as atividades formativas oferecidas e Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O terceiro capítulo discorre sobre as avaliações em larga escala aplicadas aos alunos do Ensino Fundamental, séries finais; os resultados da Prova Brasil, quadro de professores efetivos e especialmente os cursos oferecidos aos professores pela Secretaria de Estado da Educação no núcleo de Curitiba, desde o ano de 2007 até o ano de 2010.

1 FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

Na última década, o conceito de formação continuada foi motivo de muitas iniciativas no âmbito das políticas e discussões nos estudos educacionais, pela conjunção de dois movimentos: de um lado, pelas pressões do mundo do trabalho, que se vem estruturando num modelo e com o valor adquirido pelo conhecimento, e de outro, com a constatação, através das avaliações em larga escala, dos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Dessa forma as políticas públicas movimentam-se na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes.

Para analisar a formação continuada esse capítulo toma como ponto de partida a explicitação do que é a formação continuada, qual é a sua finalidade e quais são as modalidades e programas de formação que vem sendo adotados no Brasil.

1.1 O QUE É A FORMAÇÃO CONTINUADA.

A habilitação dos professores se dá em instituições formais de ensino, onde o professor realiza sua formação inicial, seja ela em nível médio ou superior; e após seu ingresso no mercado de trabalho, através da formação continuada. Na literatura educacional, parece haver consenso em torno da idéia de que nenhuma formação inicial, mesmo a oferecida em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, a formação continuada busca valorizar a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola, bem como articular essa prática com o conhecimento que provém das pesquisas acadêmicas, contribuindo para a construção do conhecimento profissional do professor.

O conceito de formação continuada pode ser a expressão de cursos estruturados e formalizados após a graduação, ou após ingresso na atuação como

profissional do magistério, ou ser compreendido por quaisquer atividades que contribuam para melhorar o desempenho do professor, quais sejam:

...horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. (GATTI, 2008, p.57).

A formação continuada de professores aparece na literatura educacional e nos discursos dos órgãos que gerenciam a educação com diferentes terminologias: reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação, revelando concepções que variam conforme cada momento histórico.

Para Marin (1995, p.14), esses termos foram superados e substituídos, por não abrangerem todo o significado que a formação continuada compreende. A autora mostra que a opção por determinado termo revela dada concepção formativa com explícitas opções teórico-metodológicas, que trazem implicações no processo da formação, e que essas concepções muitas vezes não estão claras para aqueles que planejam, executam, avaliam ou que participam de ações de formação continuada.

O termo reciclagem – atualização pedagógica e cultural para se obterem melhores resultados – refere-se a ações de formação continuada; entretanto esta terminologia tem sido utilizada para caracterizar processos de modificação de objetos e materiais, conferindo ao termo um sentido superficial e descontextualizado. Treinamento remete à ideia de adquirir destrezas musculares, ao ensinar e aprender novas técnicas de uma modalidade esportiva (MARIN, 1995, p.15).

Aperfeiçoamento é um termo entendido como um conjunto de ações capaz de completar alguém, de torná-lo perfeito, negando assim a finalidade da própria educação.

O termo capacitação refere-se à ação de capacitar no sentido de tornar capaz, habilitar, se mostra inadequada para ações de formação continuada, uma vez que os profissionais da educação devem fazer uso da razão para analisar, conhecer e criticar. Mas, essas terminologias foram descartadas por referirem-se a oferta de

curso rápidos e descontextualizados, desvinculados das reais necessidades formativas dos professores, longe de constituírem-se em projetos articulados de formação contínua de professores.

Marin (1995, p.18) afirma que as expressões educação permanente, educação continuada e formação continuada podem ser colocadas no mesmo bloco pela concepção de educação como processo prolongado pela vida toda, em contínuo desenvolvimento. A formação continuada na perspectiva do desenvolvimento profissional refere-se ao processo de melhoria na prática pedagógica e também a formação ao longo de toda a vida profissional, e deve se refletir em mudanças na forma do professor pensar, avaliar e atuar sobre o ensino, e na mediação do processo de ensino e aprendizagem.

... muitas vezes, as iniciativas de educação continuada são de suprimento a uma formação precária pré-serviço, aparecendo como um programa compensatório e não de aprofundamento ou ampliação de conhecimentos. Isso ocorre quando os cursos de formação de professores em nível de graduação não propiciam uma formação básica adequada, alterando o propósito da educação continuada, que é o “aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais” (GATTI, 2008, p.58).

A formação continuada voltada para o coletivo, tomada como um processo constante e estando sempre interligada com as atividades e as práticas profissionais que estão sendo desenvolvidas dentro da escola, pode modificar crenças e práticas dos professores. Para que essa formação ocorra, Nóvoa acredita que

torna-se necessária a criação de espaços coletivos para que a formação ocorra de forma contínua e no dia-dia da escola, a valorização de trocas de experiências pedagógicas e a necessidade da criação de uma nova cultura de formação de professores. [...] Ou seja, a gestão da escola deve ser democrática e as práticas curriculares participativas, com o objetivo de viabilizar a constituição de ações de formação continuada (NÓVOA,1995, p.8).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394/96, consolidou o papel do Governo Federal na coordenação e na formulação de políticas nacionais de Educação para que fosse possível assegurar a todos os estudantes brasileiros um ensino de boa qualidade, em condições de equidade.

Essa lei contempla a formação continuada nos seus artigos 61 e 67, onde determina:

Art.61- A formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando, terá como fundamento:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art.67- Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (BRASIL, 1996, p. 23-24)

Nessa mesma intenção, a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que modificou a Constituição Federal de 1988, determinou que 15% do total arrecadado por meio de impostos estaduais e municipais fossem reservados exclusivamente ao ensino fundamental, compondo um fundo de natureza contábil. Esse fundo, denominado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), passou a ser redistribuído entre estados e municípios de acordo com o número de alunos atendidos em suas respectivas redes de ensino. Essa Emenda pretendia impactar positivamente o mercado de trabalho para professores, porque os recursos destinados ao desenvolvimento do ensino fundamental são associados à valorização do magistério, por meio do pagamento de salários, planos de carreira e formação em serviço. O Fundef levou a uma descentralização da educação em termos financeiros, administrativos e pedagógicos, promovendo uma maior autonomia administrativa nos Entes Federados e nas Escolas, exigindo que fosse oferecida uma Educação de boa qualidade. Mas, não foi o que ocorreu porque não agregou novos recursos. Mas, além disso, apresentou algumas propostas interessantes:

O Fundef requeria, ainda, que estados e municípios elaborassem um plano de carreira para seus respectivos professores, no qual fossem estimuladas a formação e a certificação daqueles que lecionavam sem a devida habilitação, ações que poderiam ser financiadas, por um período de cinco anos, com os recursos desse fundo. Os sistemas de ensino municipais deveriam ser, segundo as expectativas, os principais beneficiários do Fundef, na medida em que a transferência de recursos permitiria um aumento significativo nos gastos por aluno e um aumento nos salários dos docentes (BRASIL, 2000).

Mais tarde, o fundo foi ampliado para toda a Educação Básica, com a denominação de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); A criação desse fundo, como bem destaca Gatti (2008, p. 64), ofereceu, “pela primeira vez na história educacional do país, respaldo legal para o financiamento sistemático de cursos de formação de professores em serviço” não titulados que exerçam funções nas redes públicas. O MEC manteve em vigor as formas anteriormente previstas de repasse e utilização dos recursos destinados à capacitação e ao aperfeiçoamento profissional em serviço, no entanto as diferenças existentes entre esses entes federados não foram superadas.

1.2 FINALIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A educação e a qualidade do ensino tem sido a razão de amplas discussões e de esforços globais nas últimas décadas e nesse sentido as questões relativas à atuação e à formação docente estão no centro dessas discussões, extrapolando os espaços dos sistemas de ensino. Um dos grandes desafios da formação continuada é o enfrentamento dos altos índices de insucesso escolar, sobretudo no que tange à alfabetização nas séries iniciais.

A formação de educadores tem se constituído em “uma das pedras angulares imprescindíveis a qualquer intento de renovação do sistema educativo” (SACRISTAM, 1990, p. 46) Discutir a formação continuada de professores é levar em conta o domínio da ciência, da técnica, da arte e da competência, pois o seu campo profissional engloba uma variedade grande de atividades e desafios; entre eles preparar seus alunos para uma compreensão crítica da complexidade social.

A formação continuada, quando leva em conta a dimensão coletiva do trabalho docente e as situações reais enfrentadas por esses profissionais em suas práticas cotidianas, se processa como algo dinâmico, capaz de superar o processo de mudanças sociais e educacionais. Assim, contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional, para a sustentação do seu trabalho como professor e para uma política de valorização da classe, que deve ser associada a condições de trabalho, salário, jornada, gestão, currículo.

Garcia define a formação continuada e sua finalidade como:

o conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto ao desenvolvimento pessoal como ao profissional, na direção de prepará-los para a realização de suas atuais tarefas ou outras novas que se coloquem. (GARCIA, 1995, p.55).

Os professores vivem um tempo de emergentes demandas. Do ponto de vista social, necessitam conviver em seu cotidiano escolar com alunos e pais e ter uma maior interação com a sociedade que os cerca; do ponto de vista institucional, participar mais ativamente nas definições dos rumos pedagógicos e políticos da escola, definir quais conhecimentos serão trabalhados em sala, elaborar e gerir projetos de trabalho; do ponto de vista pessoal tomar decisões sobre seu próprio percurso profissional e romper com a cultura de isolamento.

1.3 MODALIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada de professores pode ocorrer diretamente através da ação das entidades mantenedoras das escolas, no caso da capacitação em serviço; ou através de convênios entre universidades e secretarias de educação, em que as universidades realizam programas e cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, ou mesmo, destinam vagas para formar professores em exercício do ensino fundamental e médio nos seus cursos de graduação e licenciatura.

Um olhar mais aprofundado nas políticas de formação continuada surge a partir de 1998, quando o Ministério da Educação (MEC) com a intenção de implantar adequadamente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), começa a incentivar diferentes modalidades de Formação Continuada de professores. De acordo com o MEC:

Para tanto, fez-se necessária uma ampla e aberta reflexão a respeito da função docente, da prática pedagógica e do desenvolvimento profissional dos professores, que resultou na proposta de uma nova estratégia para a formação docente, pautada em competências: os Parâmetros Curriculares em Ação. A proposta desse projeto era incentivar a apropriação coletiva do conhecimento pedagógico, aperfeiçoando a formação do professor em

particular e o coletivo docente em geral, para que ambos pudessem oferecer um ensino de mais qualidade a seus alunos. (BRASIL, 2011, P.36)

A oferta dos programas de formação continuada intensificou-se com base em dois tipos de demanda: a universalização do ensino e a necessidade de ampliação do quadro de professores habilitados de acordo com as novas exigências legais.

No final da década de 1990, foram concebidos vários programas de capacitação docente, com a intenção de assegurar um melhor desempenho dos profissionais em exercício nas redes públicas de ensino.

A formação continuada no Brasil foi também vista como uma forma de enfrentamento dos altos índices de insucesso escolar, pretendendo combater o fracasso escolar e reduzir os índices de reprovação. (RIGOLON, 2007, p. 15). Ao mesmo tempo em que tentava se superar uma formação inicial precária e a situação de professores não habilitados em exercício, com uma política de formação continuada compensatória.

O MEC instituiu por meio da Portaria Ministerial nº 1.403/03, o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica, que compreende:

(a) o Exame Nacional de Certificação de Professores, por meio do qual se promovem parâmetros de formação e mérito profissionais; (b) os programas de incentivo e apoio à formação continuada de professores, implementados em regime de colaboração com os entes federados; e (c) a Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, constituída com o objetivo de desenvolver tecnologia educacional e ampliar a oferta de cursos e outros meios de formação de professores. (BRASIL, 2011).

Segundo Gatti (2008, p. 65), essa portaria “deixou claro que o ponto de partida seria um exame nacional de certificação de professores, e os debates centraram-se nessa questão”, sendo muitas as manifestações contrárias a essa proposta. Com uma subsequente mudança de ministro, algumas questões e propostas nela tratadas foram postas em segundo plano, sendo enfatizados outros aspectos pela nova orientação política do MEC.

1.3.1 Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica

A *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica*, criada em 2004, buscou articular pesquisa e produção acadêmica à formação dos educadores e, ainda, teve o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos por meio de investimentos em qualificação profissional. Foi estruturado um amplo processo de interação dos órgãos gestores, dos sistemas de ensino e das instituições de formação, notadamente as universidades públicas e comunitárias.

A Rede é formada por centros de pesquisa e desenvolvimento da Educação, pelos sistemas de ensino público e conta também com a participação e coordenação da Secretaria de Educação Básica – SEB, do MEC. Estreitar os vínculos entre a Educação Básica e a educação superior e preservar a relação entre a formação inicial e a continuada de docentes foram os pressupostos para estabelecer uma parceria entre as instituições que compõem os centros e os sistemas de ensino, com suas demandas específicas. Dessa parceria, coordenada pelo MEC, resultaram diversos cursos, bem como a produção de múltiplos materiais destinados aos educadores em salas de aula, no ensino fundamental e na educação infantil. (BRASIL, 2011, p. 38)

Atualmente, a *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica* integra os Programas Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação; Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II); e Cursos de Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização.

Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação.

O *Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação* é um programa de formação continuada para professores das séries iniciais do ensino fundamental, que tem como finalidade a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura e da escrita e da matemática.

O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a *Rede Nacional de Formação Continuada* e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. Os cursos de formação

continuada oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais com duração de 8 meses.

O MEC elabora as diretrizes e os critérios para a organização dos cursos, a proposta de implementação e, ainda, garante os recursos financeiros para a elaboração e a reprodução dos materiais, sem mencionar a formação dos orientadores/tutores.

Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar II.

O programa *Gestão da Aprendizagem Escolar* (Gestar II) oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas à distância (estudos individuais) para cada área temática. O programa inclui ainda discussões sobre questões prático-teóricas e busca contribuir para o desenvolvimento da autonomia do professor em sala de aula.

Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização.

Os cursos de aperfeiçoamento, extensão e especialização são destinados aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que tenham sido registrados no Censo Escolar do ano anterior. O processo de indicação/inscrição nestes cursos é realizado através da Plataforma Freire (um ambiente criado na internet). Os cursos de formação continuada ofertados se encontram divididos em duas categorias: extensão e aperfeiçoamento; e especialização. Os cursos de aperfeiçoamento e os cursos de extensão têm a carga horária entre 30 horas e 220 horas. Já os cursos de especialização, também chamados cursos de pós-graduação *lato sensu*, têm duração mínima de 360 horas. Podem ser realizados de forma presencial, semi-presencial ou à distância.

1.3.2 Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA.

A CAPES oferece ainda o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) que visa contribuir para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura, por meio de fomento a projetos institucionais, na perspectiva de valorizar a formação e reconhecer a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica (BRASIL/MEC, 2011).

Os objetivos do programa são: contemplar novas formas de gestão institucional; desenvolver experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador; apresentar projetos de cooperação entre unidades acadêmicas que elevem a qualidade da formação dos futuros docentes; integrar a educação superior com a educação básica; e orientar a superação de problemas identificados nas avaliações feitas nos cursos de licenciatura. É o resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação – MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de ensino superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores sem formação adequada, em exercício, das escolas públicas.

1.3.3 Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

O Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos de Formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica serão ministrados no PARFOR, nas modalidades presencial e a distância: cursos de 1ª Licenciatura para professores sem graduação, de 2ª Licenciatura para licenciados atuando fora da área de formação, e de Formação Pedagógica para bacharéis sem licenciatura (BRASIL/MEC, 2011). No PARFOR está prevista uma oferta superior a 400 mil vagas novas, envolvendo cerca de 150 instituições de educação superior – federais, estaduais, comunitárias e confessionais –, nos 25

estados que aderiram ao plano, tendo os cursos iniciados no 2º. Semestre de 2009, tendo previsão de novas entradas em 2010 e 2011. As instituições formadoras que participam do PARFOR receberão recursos adicionais do MEC, num montante da ordem de R\$700 milhões, distribuídos nos anos de 2009 (R\$50 milhões), 2010 (R\$140 milhões) e 2011 (R\$510 milhões).

Com as demandas por formação organizadas pelos Fóruns Estaduais Permanentes, cada professor deve fazer sua pré-inscrição aos cursos por meio de um sistema informatizado criado pelo MEC, denominado Plataforma Paulo Freire, onde poderá também cadastrar e atualizar seu currículo. Os sistemas estaduais e municipais devem ainda fornecer o suporte indispensável aos professores cursistas em exercício, em parceria com as instituições de educação superior do Brasil, cujo comprometimento é inestimável para o sucesso do PARFOR, experiência inédita na história do país para melhoria da educação básica.

Outras modalidades oferecidas são as ações promovidas por órgãos responsáveis pelas políticas educacionais como Secretarias de Educação ou o próprio Ministério de Educação, ofertando cursos de caráter presencial ou à distância ou também a ação de apoio às escolas. Nesse caso, uma universidade ou alguma empresa pode estabelecer formas específicas de colaboração em diferentes aspectos, podendo ser presencial ou a distância.

1.3.4 Conferência Nacional da Educação Básica – Coneb.

A Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), organizada em 2008 em Brasília, deliberou o estabelecimento de políticas e programas nacionais, buscando organizar e desenvolver programas de formação continuada em regime de colaboração entre os entes federados. Estabeleceu que as políticas e os programas nacionais devem propiciar a criação de pólos, como centros de formação de professores, geridos de forma tripartite: universidades, com a participação ativa das faculdades/centros de Educação, dos sistemas de ensino e dos professores da Educação Básica. Esses locais devem ser dotados de bibliotecas e de equipamentos de informática, de modo a permitir a socialização de experiências docentes e sua auto-organização em grupos de estudo. A intenção é que o trabalho

a ser desenvolvido nos centros de formação gere condições especiais para superar o individualismo presente no magistério e produza, no trabalho docente, novas relações sociais e culturais, que privilegiem o trabalho coletivo (BRASIL, 2008, p. 25).

1.3.5 Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os Planos estratégicos de Formação inicial e continuada, dos profissionais do magistério para as redes públicas de educação básica, com base em arranjos educacionais acordados nos fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

1.3.6 Conferência Nacional de Educação – Conae.

A Conferência Nacional de Educação (Conae) que aconteceu em 2010, procurou discutir diretrizes e estratégias que pudessem apontar os principais aspectos a serem contemplados na construção do novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010). Nela foram enfatizadas questões referentes à inclusão, à diversidade e à igualdade; entre outros. Nesse sentido, o documento final salienta dois aspectos, relacionados com a formação e valorização dos profissionais da educação: a importância de valorizar a educação inclusiva, igualitária e acolhedora da diversidade, sugerindo políticas capazes de assegurar, a todos os brasileiros, seu direito a uma educação de boa qualidade; e a necessidade de que as políticas educacionais se articulem às demais políticas sociais. Conforme o referido documento:

No que se refere à formação e valorização dos profissionais da Educação, reitera-se a importância de que a formação inicial e a continuada assumam uma postura inclusiva, que respeite as diferenças, reconheça e valorize a diversidade. Salienta que o acesso a essas duas modalidades de formação seja garantido aos professores atuantes na educação de jovens e adultos, na educação no campo e junto aos indígenas, ciganos e quilombolas, entre outras etnias. A implementação de programas que tratem das diferenças e do combate a todas as formas de discriminação e violência recebeu acentuada ênfase, bem como a oferta de especialização/aperfeiçoamento para quem for lecionar em salas de recursos multifuncionais. Por fim, indicou-se a relevância de estudos e/ou aprofundamento que tratem de assuntos como: política de educação ambiental, Língua Brasileira de Sinais – Libras, história da África, culturas afro-brasileiras e indígenas e diversidade étnico-racial, religiosa e de orientação sexual, além dos direitos humanos (LAPLANE; PRIETO, 2010, apud BRASIL, 2011, p.40).

Atualmente, está em estudo uma minuta apresentada à Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação, com indicações para a construção de diretrizes nacionais para a formação continuada de professores. A partir desse documento, duas ações fundamentais são apontadas para melhor subsidiar as políticas de formação continuada do MEC:

(i) o edital da Rede Nacional de Formação Continuada da Educação Básica, que contempla, de forma articulada, ações de formação de professores das secretarias do MEC, induzindo alterações importantes na forma de organizá-las e apresentá-las e nas relações entre as Instituições de Ensino Superior – IES, os centros de formação e os professores da rede pública de Educação Básica; e, (ii) a constituição, pela Portaria nº 1.129/2009, do Conselho Gestor da Rede Nacional de Formação Continuada, que deve contar com a participação do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – e, ainda, com a representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. (BRASIL, 2011).

As novas demandas oriundas do Plano de Ações Articuladas (PAR), têm exigido o aprimoramento dos atuais programas de formação continuada, bem como novas ações que implicam esforços que vão além da mera organização da oferta de cursos pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Ressalta, ainda, que a ausência de diretrizes comuns para a formação de professores nas diferentes áreas de conhecimento tem favorecido ações isoladas, fragmentadas e contraditórias no enfrentamento dos problemas da formação. Essa mesma minuta pontua que esforços devem ser feitos a fim de superar a prática da oferta de cursos mediante adesão dos professores (BRASIL, 2011, p. 41).

Apesar de esse tipo de ação garantir a diversidade e a variedade de cursos que podem atender a diferentes estágios do desenvolvimento profissional dos professores, ele ocasiona problemas aos gestores municipais, que se vêem obrigados a escolher professores que cursarão um ou outro programa, de forma nem sempre vinculada às necessidades dos docentes.

No projeto de lei relativo ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá vigorar nesta década após aprovado, “aproximadamente 20% das metas têm relação direta com a valorização e com a formação dos profissionais do magistério” (BRASIL, 2011,p. 41). Reitera que os sistemas de ensino elaborem seus planos de carreira docente no prazo de dois anos, que todos os professores da Educação Básica tenham nível superior e que metade deles conte com pós-graduação, prevendo-se licenças para essa modalidade de qualificação. Determina também que o rendimento médio do profissional da Educação não seja inferior ao dos demais trabalhadores com escolaridade equivalente.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ

Nos últimos anos observaram-se aberturas significativas, por parte da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, na reformulação de programas de formação continuada. Recursos financeiros têm sido despendidos pelas instâncias públicas em projetos de formação continuada com uma gama de atividades envolvendo palestras, seminários e cursos com tempo específico para estas atividades.

Este capítulo tem como finalidade levantar as propostas de formação continuada oferecidas para os professores da rede estadual de ensino, através da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Em primeiro lugar serão explicitadas as modalidades de formação oferecidas e, em seguida, os programas oferecidos.

2.1 MODALIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ

O *Programa de Capacitação dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná* visa contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual dos profissionais da Educação, qualificando-os com foco na prática de ensino, no princípio da ação-reflexão-ação e compreendendo aperfeiçoamento e atualização, resultando na melhoria da qualidade de Ensino.

Este programa, de acordo com a Resolução nº 2007/05, de 21/07/2005, o Programa de Capacitação prevê eventos nas seguintes modalidades:

congresso, curso, encontro, jornada, oficina, semana, seminário, simpósio, palestra, mesa redonda, painel, fórum, conferência, videoconferência, teleconferência, campanha, concurso/torneio, feira, festival, gincana, mostra, olimpíada e reunião técnica (Paraná, 2005).

De acordo com essa mesma resolução, essas modalidades são definidas e conceituadas:

O congresso é caracterizado como uma reunião formal e periódica de profissionais que atuam numa mesma área, promovida por entidades associativas. Tem como objetivo apresentar temas específicos, debater e extrair conclusões sobre ele. Assuntos relacionados ao tema central podem ser apresentados sob diferentes formas: painel, palestras, simpósios, mostra, exposição, etc.

Os cursos são eventos voltados ao exercício da prática docente; podem ter carga horária variada, de acordo com as necessidades do tema e dos participantes. Essa é uma modalidade bastante utilizada em processos de formação continuada. O problema é que, geralmente, não fazem parte de um programa articulado, limitando-se a questões pontuais.

O encontro é um evento onde pessoas da mesma categoria profissional debatem temas polêmicos, com o objetivo de extrair conclusões.

As jornadas são definidas como encontros de grupos profissionais, de âmbito regional, para discutir assuntos de interesse do grupo. As conclusões podem definir linhas norteadoras para o trabalho do grupo.

A oficina é um evento dividido em duas partes: teórica e prática. Os participantes são de uma mesma área ou de um mesmo segmento de trabalho, e se reúnem para debater, praticar e tentar encontrar soluções para o tema proposto. Seu objetivo é familiarizar os participantes sobre um determinado assunto para um maior dinamismo, aliando a teoria à prática.

A semana é a nomenclatura atribuída a um tipo de encontro semelhante ao congresso, no qual as pessoas se reúnem para discutir assuntos de interesse comum. Nesse caso, são desenvolvidas as semanas pedagógicas.

O seminário é um evento onde dois ou mais expositores apresentam vários aspectos de um determinado assunto. É uma sequência concentrada de atividades com o fim específico de desenvolver capacidades, conhecimento e aprendizagem por meio do trabalho. A ideia é somar informações e experiências.

O simpósio reúne vários expositores com a presença de um coordenador. O tema, geralmente, é científico. Após as apresentações, a plateia participa com perguntas à mesa. O objetivo é analisar, discutir e estudar determinado assunto sob vários ângulos.

A palestra é um evento caracterizado pela apresentação de um tema, por um especialista, a um grupo de pessoas com interesses comuns. Após a apresentação, deverá ser aberta a possibilidade para questionamentos; o objetivo é informar e atualizar o público sobre um determinado assunto.

A mesa-redonda é uma reunião preparada e conduzida por um moderador, que orienta a discussão, para que atenda ao tema proposto. Os participantes da mesa-redonda são especialistas que apresentam os seus pontos de vista sobre o assunto em pauta, num tempo limite. Depois eles debatem entre si, podendo haver a participação dos presentes, em forma de perguntas, por escrito ou oralmente. Ao público cabe assistir à polêmica, sem direito a perguntas.

O painel é um evento onde um orador e até quatro painelistas explanam sua visão sobre um tema pré-determinado, sempre coordenado por um moderador. O objetivo é explanar, debater e expor conclusões sobre um tema.

O fórum é uma reunião baseada na busca da participação intensa da platéia, preferencialmente numerosa. A ideia é sensibilizar a opinião dos presentes sobre assuntos pré-determinados. O objetivo é colher opiniões e apresentar conclusões representando o consenso da maioria.

A conferência é uma das formas de reunião informativa que se caracteriza pela exposição feita por autoridade em determinado assunto para grande número de pessoas. Exige a presença de um presidente de mesa para a condução dos trabalhos, sendo bem mais formal que uma palestra. As perguntas acontecem somente por escrito e devidamente identificadas, bem ao final da exposição.

A videoconferência consiste em uma discussão em grupo ou pessoa a pessoa na qual os participantes estão em locais diferentes, mas podem ver e ouvir uns aos outros como se estivessem reunidos em um único local, independente de suas localizações geográficas, em áudio e vídeo simultaneamente, por meio de tecnologias da internet.

A teleconferência é a transmissão de um programa de TV em circuito fechado, com cobertura nacional ou internacional, via satélite, sendo captado através de antenas parabólicas.

A campanha é uma atividade planejada e sistemática que envolve o público em torno de um tema específico, utilizando, para isso, diversos meios de comunicação.

Os concursos e torneios são competições que ocorrem em áreas artísticas, culturais, científicas, de categorias profissionais e desportivas. É coordenado por uma comissão, devendo ter um regulamento, um júri e uma premiação.

A feira é um evento onde, em um *stand*, o professor apresenta os resultados do seu trabalho de cunho pedagógico. Pode ser considerado como um meio interessante de troca de experiências entre os profissionais.

O festival desempenha um papel importante na disseminação da cultura, atualização e formação de profissionais e na divulgação de novas técnicas e talentos.

A gincana é uma competição em que as equipes devem responder a perguntas e cumprir tarefas. Serve para testar habilidades e tem a finalidade de enriquecer os conhecimentos de um grupo de pessoas, através de uma metodologia divertida e interativa.

A mostra é um evento onde a instituição apresenta resultados de seus trabalhos, documentos históricos ou material artístico-cultural produzidos pelo profissional. Também pode ser considerado como um meio interessante para divulgação e troca de experiências entre os profissionais.

A olimpíada é uma competição organizada e aberta a todos que dominam algum tipo de conhecimento ou atividade. Por meio dela, os envolvidos buscam melhorar performances e revelar talentos no campo de ciências em geral e das atividades que exercem. Também cabe a essa atividade a mesma crítica feita aos concursos e torneios.

A reunião técnica é um evento que reúne pessoas de uma instituição ou de várias instituições, a fim de discutir temas relacionados às suas políticas, ações e resultados de trabalho.

Os eventos que compõem o Programa de Capacitação podem ser desenvolvidos na forma presencial e/ou a distância.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

As ações de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) vem sendo realizadas desde 2003. Entre elas

estão a formação itinerante, reuniões técnicas e específicas, a produção de material de apoio e o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). A gestão da Secretaria Estadual de Educação na gestão compreendida entre 2003 e 2010 propôs como formação continuada, as seguintes ações:

- a) Cursos de capacitação (descentralizados);
- b) Semana Pedagógica (início do ano letivo e início do segundo semestre);
- c) Grupos de estudos de professores (aos sábados, reunidos por área de conhecimento);
- d) Ambiente Pedagógico Colaborativo (APC) recurso tecnológico que envolve o Projeto Folhas, Objeto de Aprendizagem Colaborativa (OAC) e, mais recentemente, os cursos à distância pela plataforma *Moodle* (dentro as atividades do PDE).

Embora essas ações para a formação continuada ocorram, ainda não expressam um projeto de “Formação Continuada” adequado para os profissionais pela falta de tempo para discussões. Desta forma, faz-se necessária uma reflexão sobre o modelo dos cursos de formação continuada ofertados aos professores do Estado do Paraná, no sentido de refletir sobre algumas propostas objetivando uma formação que resulte em mudanças concretas na prática do professor.

De acordo com o Plano de Carreira dos Professores da Rede Pública de Educação básica do Estado (PARANÁ, 2008), a participação em Cursos de Formação Continuada define os avanços na Carreira Profissional; a progressão é efetuada mediante combinação de avaliação de desempenho e de participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional e produção, devendo ser comprovados com originais e fotocópias, e informados no Cadastro de Capacitação Profissional, sistema da SEED; serão pontuados os eventos de formação e/ou qualificação e produção, realizados no período de 2 anos imediatamente anteriores à data de concessão, ou 3 anos no caso de primeira progressão.

A nova gestão iniciada em 2011, inseriu novas propostas. Conforme nota do dia 17/06/2011, disponível no site *Dia a Dia Educação*, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) inovou na forma de organizar a formação dos profissionais da Educação, por meio do projeto *Formação em Ação*. Para este ano, em conformidade com o disposto no Plano de Metas – 1º semestre de 2011, foram elaboradas oficinas disciplinares planejadas. Elas foram propostas considerando as necessidades de cada Núcleo Regional de Educação (NRE) em todas as disciplinas da matriz

curricular. A formação foi extensiva a todos os professores da rede estadual de ensino. “A formação continuada é um aperfeiçoamento da prática docente. A participação do professor neste evento é de suma importância para a melhoria da sua prática e, por consequência, da qualidade do processo educativo”, explica a superintendente da Educação, Meroujy Cavet. (PORTAL/SEED, 2011).

Entre as ações encaminhadas pela secretaria destacam-se a semana pedagógica, a TV multimídia, o projeto folhas e o PARFOR, plano de formação docente promovido pelo MEC e já exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

2.2.1 Semana Pedagógica.

A *Semana Pedagógica*, prevista em calendário escolar, ocorre no início do primeiro semestre e no início do segundo semestre letivo.

É destinada à distribuição de aulas extraordinárias e aulas aos professores do Processo de Seleção Simplificado (PSS), à apresentação dos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos aos profissionais da educação lotados nas escolas, planejamento e grupos de estudo. O evento tem duração de 24 horas para professores e funcionários com jornada semanal de quarenta horas, distribuídas em 8 horas diárias, e de 12 horas para professores e funcionários com jornada semanal de 20 horas, distribuídas em 4 horas diárias, conforme organização da escola (PORTAL/SEED, 2011).

Todo o material necessário para as ações a serem realizadas durante a Semana Pedagógica é disponibilizado na página inicial do Portal *Dia-a-dia Educação* (www.diaadiaeducacao.pr.gov.br), na opção Semana Pedagógica. Na página também se encontram quatro instrumentos on-line – dois para serem respondidos ao final das atividades em grupo e dois, individualmente, por todos os participantes.

2.2.2 TV Multimídia

Outra modalidade oferecida é a TV Multimídia. Os professores da rede pública estadual podem registrar suas práticas pedagógicas na TV Multimídia no Portal Dia a Dia Educação e, esta atividade é aceita para avançar no Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Estado da Educação (PORTAL/SEED, 2011).

2.2.3 Programa de Produção de Material Didático.

O *Programa de Produção de Material Didático* pretende socializar experiências bem sucedidas com o objetivo de tornar as aulas mais produtivas e interessantes. Para inscrever o projeto, o professor deve acessar a página do Departamento de Educação Básica (DEB) no Portal Dia a Dia Educação e preencher um formulário conforme as instruções. É preciso detalhar a metodologia, justificar e especificar a utilização dos recursos da TV Multimídia – sons, imagens e vídeo - para desenvolver determinado conteúdo em sala; apresentar opções de avaliação, registrar referências bibliográficas e indicar a duração (tempo aproximado) do uso de cada recurso no decorrer da aula

A ideia é produzir material didático para melhor aproveitar os recursos da TV Multimídia e compartilhar este material em rede, pois muitas vezes o professor tem boas idéias e intenção de utilizar a TV Multimídia, mas desconhece a melhor forma de fazer o encaminhamento em sala de aula. Depois de inscritos, os projetos seguem para os Núcleos Regionais de Educação para avaliação e orientação. Em seguida, caso não precise de alterações, vai para o Departamento de Educação Básica da SEED que faz a avaliação final e disponibiliza o conteúdo no site.

2.2.4 Projeto Folhas.

O *Projeto Folhas* teve início em 2004 e tem como proposta formar sujeitos autônomos, capazes de produzir e compartilhar conhecimentos. Trata-se de um programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, que pretende incentivar o professor a pesquisar e escrever por meio de uma metodologia específica de produção de material didático. O objetivo é propor ao professor a pesquisa como um princípio educativo. O projeto valoriza a capacidade intelectual do professor, que produz material de qualidade para utilizar em sala de aula com seus alunos.

Um dos resultados do *Projeto Folhas* é o *Livro Didático Público*, produzido por professores da rede pública estadual.

O livro é direcionado a estudantes e professores do ensino médio. Anualmente, mais de 450 mil estudantes são beneficiados. Os livros estão divididos em 12 volumes que abrangem as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, História, Filosofia, Química, Biologia, Sociologia, Física, Geografia, Arte, Língua Estrangeira Moderna (Espanhol/Inglês) e Educação Física. (PARANÁ, 2011).

2.2.5 Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.

O *Programa de Desenvolvimento Educacional* (PDE) foi instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004; através de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como uma política educacional de Formação Continuada para os professores da rede pública estadual.

O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada. Ocorre numa parceria com as instituições públicas de ensino superior do Paraná e propõe um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da Educação Básica, e que busca no Ensino Superior a contribuição solidária e compatível, com a finalidade de produzir uma melhoria da educação no estado, por meio da formação de professores. O programa está diretamente vinculado à carreira dos professores:

Foi idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério (Lei Complementar n. 103, de 15 de março de 2004), a partir das reuniões conjuntas entre os gestores da SEED e os representantes do Sindicato dos professores, o PDE toma forma e se concretiza neste ano de 2007, para produzir progressões na carreira e melhoria na qualidade da educação oferecida a milhares de crianças, jovens e adultos das escolas públicas do Paraná. (PARANÁ, 2004)

O Programa prevê avanços na carreira e tempo livre para estudos; tem duração de dois anos: no primeiro ano, o professor será afastado de suas atividades

em 100% da sua carga horária de trabalho na escola e, no segundo ano, em 25%. O PDE visa proporcionar ao professor o retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial. É realizado, de forma presencial nas universidades públicas do Estado do Paraná, e de forma semi-presencial, em permanente contato do professor com os demais professores da rede pública estadual de ensino,

O professor participante do PDE iniciará suas atividades nesse novo processo de Formação Continuada elaborando um Plano de Trabalho em conjunto com o professor orientador das instituições de ensino superior (IES). O Plano de Trabalho constitui uma proposta de intervenção na realidade escolar, a ser estruturada a partir de três grandes eixos: a proposta de estudo – que será desenvolvida ao longo de dois anos -, a elaboração de material(is) didático(s) – para uso nas escolas –, e a orientação de Grupo(s) de Trabalho em Rede (GTR) – que envolve o conjunto dos professores da rede pública estadual.

Os Grupos de Trabalho em Rede (GTR) constituem uma atividade do Plano Integrado de Formação Continuada do programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), por meio do qual o professor PDE socializa aos demais professores da Rede Pública Estadual de Ensino, os resultados de seus estudos e produções elaboradas no âmbito do Programa, na modalidade à Distância, apoiado pelo suporte tecnológico plataforma Moodle. Cada GTR será organizado por disciplina/área, poderá ser constituído por até 40 (quarenta) professores e terá a carga horária de 64 horas. Os professores da Rede Estadual de Educação que participarem do GTR receberão pontuação para progressão na carreira.

O primeiro processo de seleção ao PDE ocorreu em 2006, e envolveu as áreas curriculares: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Educação Artística, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Línguas Estrangeiras Modernas, Educação e Trabalho, Gestão Escolar e Educação Especial.

A SEED também desenvolve atividades formativas com os professores. Além da aula inaugural (8 horas), ocorrem os seminários de integração (24 horas), os seminários temáticos (32 horas), as teleconferências (8 horas), os encontros regionais (8 horas) e o seminário de encerramento do PDE/PR (8 horas).

Estas atividades objetivam informar os professores PDE acerca da proposta e do desenvolvimento do programa e, também, fornecer subsídios teórico-metodológicos que respondam aos pressupostos adotados pelo programa e,

também, proporcionar discussões e análises sobre as grandes questões da educação presentes nos debates e nas produções dos pesquisadores educacionais nacionais e internacionais. No entanto, as questões tratadas articulam com o conhecimento teórico-prático e levam em consideração o contexto da realidade escolar a qual pertencem os professores PDE e o seu entorno sócio-econômico e político (PARANÁ, 2004).

O *Projeto de Intervenção Pedagógica*, previsto no PDE, deve ser elaborado e implementado em conjunto com os professores orientadores das Instituições de Ensino Superior e a participação dos professores da Escola. E deverá ser implantado preferencialmente na escola de lotação do professor participante do programa.

O desenvolvimento do PDE será de competência das Secretarias de Estado da Educação (SEED), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Instituições de Ensino Superior (IES).

Os critérios de ingresso no PDE são definidos pela Secretaria de Estado da Educação; que inclusive estabelece e conduz o Processo Seletivo, assegurando a oferta mínima de 3% (três por cento) do número de cargos efetivos do Quadro Próprio de Magistério (QPM) anuais para ingresso no Programa.

Para participar do PDE o professor deverá ser professor efetivo do Quadro Próprio do Magistério da Rede Pública Estadual com Licenciatura Plena; ter cumprido o estágio probatório; ter alcançado, no mínimo, o Nível II, classe 8.

A oferta de vagas foi de 1.200 em 2007; 1.190 em 2008; 2.401 em 2009 e 2.400 em 2010. A distribuição das vagas para participação dos professores no Programa foi, em todas as turmas, definida pelo critério da proporcionalidade entre o número de professores concursados nas dezessete áreas curriculares e o número de vagas abertas para o PDE.

Em julho de 2010, o governador Orlando Pessuti sancionou a Lei Complementar 130/2010 que torna o PDE política permanente. Com isso, a estrutura física do Programa será mantida e pelos menos 3% dos professores estatutários devem participar do curso a cada ano. (PARANÁ, 2010).

2.2.6 Plano de Formação Docente – PARFOR.

O PARFOR – Plano de Formação Docente, refere-se a cursos de licenciatura presenciais ofertados no âmbito do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor Presencial). O objetivo principal é garantir aos professores em exercício na rede pública uma formação acadêmica, exigida pela Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), bem como promover a melhoria da qualidade da educação básica.

Os cursos ofertados no âmbito do PARFOR presencial são, como já mencionado no primeiro capítulo: primeira licenciatura, para professores sem formação superior, em exercício na rede pública; segunda licenciatura, para professores em exercício na rede pública da educação básica há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; formação pedagógica, para professores graduados, mas não licenciados, em exercício na rede pública, de acordo com o plano do MEC.

As pré-inscrições podem ser realizadas através da Plataforma Freire, no site do MEC, onde os professores terão que cadastrar seus currículos e também poderão obter outras informações sobre as instituições de ensino superior, cursos e número de vagas. As inscrições deverão ser validadas pela secretaria de educação estadual ou municipal à qual o professor em exercício estiver vinculado.

Entretanto, apesar da adesão da Universidade Federal do Paraná e das universidades estaduais, o programa ainda não iniciou. A Secretaria Estadual de Educação, como parceira responsável pelo levantamento e confirmação da demanda não viabilizou a definição das turmas dos cursos criados, de acordo com o levantamento apresentado pelo Censo Escolar.

3 OS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ, NÚCLEO DE CURITIBA; PROVA BRASIL 2007 E O DESEMPENHO DOS ALUNOS DA 8ª SÉRIE/9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O presente capítulo pretende investigar se os resultados observados através da Prova Brasil/2007, contribuíram para direcionar mais ações das políticas públicas ofertando cursos de formação continuada para os professores das áreas avaliadas – Língua Portuguesa e Matemática, de 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental, na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná; núcleo de Curitiba.

3.1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA - SAEB, PROVA BRASIL E IDEB.

As avaliações em larga escala forma inseridas nas políticas públicas brasileiras com o intuito de avaliar como anda a qualidade da educação oferecida nas diversas unidades da federação; e de posse desses dados, direcionar a aplicação de recursos e investimentos naquelas regiões mais precárias, com os maiores índices de abandono e reprovação.

A avaliação, que durante muito tempo fora seletiva e punitiva, hoje busca desempenhar um outro papel nas instituições: assume a função de apontar indicativos da aprendizagem dos alunos, identificar as necessidades de formação dos professores e conseqüentemente o tamanho do investimento que deverá ser destinado por parte das políticas públicas (PEREIRA, SANTOS, P.2, 2011).

Espera-se que a análise dos resultados das avaliações sirva para que se elaborem políticas públicas que venham de encontro às necessidades de cada escola envolvida, de forma que não só os alunos e escolas sejam responsabilizados pelos resultados, mas todo o sistema institucional, incluindo a sociedade.

3.1.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) começou a ser desenvolvido no final da década de 1980; porém sua primeira aplicação foi feita em 1990. O objetivo dessa avaliação externa em larga escala, aplicada a cada dois anos, é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo dessa forma um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. “As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino”. (BRASIL, 2008, p. 12).

Em 2005 o Saeb foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações:

A primeira avaliação, denominada Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, residentes na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. (BRASIL, 2011)

A segunda, denominada Anresc - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país. (BRASIL, 2011)

3.1.2 Prova Brasil.

Nas avaliações que compõem o Saeb, realizadas a cada dois anos, são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, onde são coletados dados sobre a capacidade dos alunos em leitura e resolução de problemas, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar.

De acordo com o IBGE (2011) como cada grupo de alunos representa uma unidade dentro do sistema de ensino, por exemplo, uma escola ou uma rede, tem-se o resultado para cada unidade prevista e não para os alunos individualmente. A metodologia utilizada permite que se compare o desempenho das redes e escolas ao longo do tempo.

A Prova Brasil adota o marco teórico e os mesmos procedimentos e técnicas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como, por exemplo: Matrizes de Referência; testes padronizados para medir o que os estudantes demonstram saber e são capazes de fazer nas áreas de conhecimento; padronização dos trabalhos de campo; uso da Teoria de Resposta ao Item e de Escalas de Proficiência para análise de dados e apresentação de resultados.

Os resultados da Prova Brasil são apresentados em uma escala de desempenho por disciplina, composta por níveis designados por numerais. Na escala de Língua Portuguesa existe nove níveis para explicar o desempenho dos alunos: 125, 150, 175, e assim sucessivamente até o nível 350. A escala de Matemática é composta por dez níveis que vão do 125 ao 375 pontos. As escalas variam de 25 em 25 pontos e o desempenho dos alunos também é apresentado de forma numérica. Como os números indicam apenas uma posição na escala, faz-se uma interpretação pedagógica dos resultados, descrevendo-se, em cada nível, o grupo de habilidades que os alunos demonstraram ter desenvolvido respondendo às provas, atribuindo-se, assim, um significado aos dados. (BRASIL/IBGE, 2011)

Cada nível é constituído pelas habilidades nele descritas, somadas às habilidades constantes nos níveis anteriores; conseqüentemente, os níveis finais da escala são compostos pelas mais altas habilidades previstas nas Matrizes e que os alunos conseguem apresentar ao responder às provas. Pela localização numérica do desempenho na escala, é possível saber quais habilidades os alunos já construíram, quais estão desenvolvendo e aquelas a serem alcançadas. Além disso, o desempenho é apresentado pela distribuição do percentual de alunos ao longo dos níveis da escala, permitindo uma melhor visualização da situação dos diversos grupos de alunos, no contexto da população e subpopulações avaliadas. (BRASIL/IBGE, 2011)

Prova de Língua Portuguesa.

O ensino da Língua Portuguesa, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, deve voltar-se para a função social da Língua. Deve-se constituir como requisito básico para que o indivíduo ingresse no mundo letrado e possa construir seu processo de cidadania, integrando a sociedade como ser participante e atuante.

Os testes de Língua Portuguesa da Prova Brasil e do Saeb têm como foco a leitura. Seu objetivo é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. A alternativa por esse foco parte da proposição de que ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, em qualquer situação de comunicação. O leitor deve demonstrar habilidades como: ler e entender, reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar.

Em Língua Portuguesa (com foco em leitura), são avaliadas habilidades e competências definidas em unidades chamadas descritores, agrupadas em tópicos que compõem a Matriz de Referência dessa disciplina (ANEXO I).

As matrizes estão estruturadas em duas dimensões: na primeira dimensão, que é “objeto do conhecimento”, foram elencados seis tópicos, relacionados a habilidades desenvolvidas pelos estudantes. A segunda dimensão da matriz de Língua Portuguesa refere-se às “competências” desenvolvidas pelos estudantes. E dentro desta perspectiva, foram elaborados descritores específicos para cada um dos seis tópicos, diferentes para cada uma das séries avaliadas.

Prova de Matemática

O conhecimento de matemática na Prova Brasil é avaliado por meio da resolução de problemas. São consideradas capacidades como: observação, estabelecimento de relações, comunicação (diferentes linguagens), argumentação e validação de processos, além de formas de raciocínio como intuição, indução, dedução e estimativa.

É possível afirmar que um aluno desenvolveu uma habilidade (constante em um descritor) quando ele é capaz de resolver um problema a partir da utilização e aplicação de um conceito por ele já construído. Por isso, a prova busca apresentar situações em que a resolução de problemas seja significativa para o aluno.

Por problemas significativos para o aluno entendem-se situações que permitam "recontextualizar" os conhecimentos que foram apresentados a ele de forma "descontextualizada", por ocasião de seu processo de aprendizagem. Existe também a possibilidade da proposição de alguns itens com o objetivo de avaliar se o aluno tem domínio de determinadas competências matemáticas (BRASIL/INEP, 2011).

A Matriz de Referência de Matemática (ANEXO II) é composta por quatro temas, relacionados a habilidades desenvolvidas pelos estudantes. Dentro de cada tema há um conjunto de descritores ligados às competências desenvolvidas.

3.1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado em 2005 e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para medir a qualidade da educação das escolas e da rede de ensino. Utiliza escala de zero a dez pontos e é medido a cada dois anos. O objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, chegue ao índice de 6,0 em 2021, o que corresponde à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (BRASIL, MEC, 2011).

O IDEB é uma forma de mensuração que associa os resultados da Prova Brasil, com as informações sobre o rendimento escolar dos alunos, taxa de aprovação, reprovação e abandono, e baseado nesses fatores fornece um panorama da qualidade da educação na Federação- Estados e Municípios.

A Prova Brasil e o Saeb são construídos metodologicamente para avaliar a qualidade dos sistemas educacionais a partir do desempenho dos alunos nas provas. Por isso é importante a participação de todos os municípios nessa avaliação, para dessa forma obterem seu IDEB calculado.

É através do valor do IDEB que os municípios participam dos programas baseados nas metas previstas no Compromisso Todos pela Educação, do Ministério da Educação (MEC). A partir dos dados coletados, o MEC e as Secretarias

Estaduais e Municipais de Educação irão definir ações voltadas à correção de distorções e debilidades identificadas. Direcionarão também recursos técnicos e financeiros para medidas prioritárias, visando ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e à redução das desigualdades existentes.

Para os professores, os resultados permitem verificar, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, as habilidades que foram desenvolvidas e quais ainda precisam de um esforço adicional. Desta forma, os educadores contam com informações sobre as dificuldades apresentadas pelos estudantes, criando-se espaço de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vista à elevação da qualidade de ensino.

De acordo com Kuenzer (2002, apud JACOBSEN; MORI, 2010), “as mudanças no mundo do trabalho ocorridas na década de 1990 e advindas do neoliberalismo, estabeleceram novas demandas do sistema capitalista sobre a escola”. As avaliações em larga escala se constituem em uma exigência das agências internacionais pautadas nesse novo paradigma.

Em consonância com as exigências estabelecidas pela reestruturação das relações entre capital e trabalho, dois fatores opostos se sobrepõem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Por um lado, a descentralização relacionada à minimização do poder do Estado atribui autonomia às escolas; por outro, institui a avaliação externa desenvolvida pelo próprio Estado.

Além da regulação do Sistema Nacional de Avaliação, o contexto abriga, também, as políticas de financiamento do Banco Mundial. Como não poderia deixar de ser o banco, como uma agência financiadora, estabelece as linhas gerais relativos àquilo que financia, e assim, recomenda a necessidade da eficiência produtiva, da relação com o mercado, da gratuidade da escolaridade básica, da semiprivatização do ensino superior público, e até mesmo, dos subsídios relativos ao programa Bolsa-Escola para as crianças carentes. Nesse sentido, construindo uma ligação estreita entre os resultados das avaliações e os financiamentos, estabelece relações de controle e o tipo de racionalidade econômica que deseja. (DALBEN, 2002, p. 27; apud JACOBSEN; MORI, 2010).

Apesar das avaliações externas serem passíveis de muitas críticas, a Prova Brasil constitui-se em um importante indicativo da aprendizagem dos alunos, uma vez que seus resultados ajudam a identificar quais são as boas práticas, onde estão falhas e em que a educação brasileira precisa melhorar. Revela ainda o esforço pessoal e o êxito no desempenho cognitivo dos alunos envolvidos no processo, o

resultado do investimento das políticas públicas, a formação inicial dos professores e, sobretudo as condições que envolvem sua formação continuada; visto que todo profissional traz consigo aquilo que aprendeu no seu curso superior, somado a sua experiência e vivência tanto como aluno, quanto como docente.

As avaliações em larga escala também servem como importante subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira.

3.2 RESULTADOS DA PROVA BRASIL E IDEB NO PARANÁ E NO NÚCLEO DE CURITIBA.

Os resultados da Prova Brasil, nas Escolas pertencentes à Rede Estadual de Educação do Paraná, para os alunos das 8^{as} séries / 9^{os} anos, se apresenta conforme tabela abaixo.

Prova Brasil/SAEB, NOTA PROVA BRASIL, Rede Estadual, Paraná – 2005, 2007 e 2009

Nível de Ensino	Nota Prova Brasil/SAEB					
	2005		2007		2009	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	208,33	193,76	211,24	190,90	219,36	196,98
Ensino Fundamental - Anos Finais	238,13	223,11	252,13	235,72	250,74	246,23
Ensino Médio	273,50	259,24	279,31	263,23	281,72	274,85

FONTE BRASIL/INEP, 2011.

Observando esses resultados percebe-se que a proficiência em Língua Portuguesa, teve um avanço significativo; de 223,11 em 2005 passou para 235,72 em 2007 e chegou a 246,23 no ano de 2009. Em matemática a proficiência foi de 238,13 em 2005, passou para 252,13 em 2007 e teve uma ligeira queda em 2009, quando ficou em 250,74.

O IDEB nas 8^{as} séries/9^{os} anos, observado nas Escolas da Rede Estadual do Estado do Paraná e no município de Curitiba já superou as metas projetadas. O

estado teve o melhor resultado nacional no ensino médio e já superou a média esperada para 2011 também nas séries finais do ensino fundamental.

PARANÁ									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
METAS PROJETADAS	-	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
IDEB OBSERVADO	3.3	4.0	4.1	-	-	-	-	-	-

FONTE BRASIL/INEP, 2011.

CURITIBA									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
METAS PROJETADAS	-	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
IDEB OBSERVADO	3.6	4.1	4.1	-	-	-	-	-	-

FONTE BRASIL/INEP, 2011.

De acordo com o PORTAL da Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), O Paraná planeja implantar em 2012 um sistema próprio de avaliação do ensino na rede pública. A Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR) está desenvolvendo uma ferramenta que permitirá analisar o desempenho dos estudantes, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do governo federal, e traçar um panorama para novas políticas públicas de acordo com as demandas encontradas.

Serão avaliados alunos do 6º e 9º ano do ensino fundamental e do 3.º ano do ensino médio. Durante este ano de 2011 será aberta uma consulta pública sobre o tema. “A avaliação do governo federal é um parâmetro sobre como está a educação, mas queremos um sistema estadual que subsidiará diretamente a prática do professor em sala de aula”, diz a superintendente da SEED, Meroujy Cavet. (SEED / PORTAL, 2011).

A abrangência do modelo paranaense para aferir a qualidade do ensino deve ser o principal ponto de debate entre educadores. “Precisamos de um sistema que gere inteligência na rede pública e não mais pressão”, diz Daniel Cara, cientista político e coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Para ele, a avaliação precisa ir além de uma prova anual, abrangendo questões como espaço físico, cidadania e condições de trabalho do professor. (PORTAL/SEED, 2011)

3.3 PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

No Paraná o número de professores em exercício é de 68.644 (ANEXO III), dos quais 9.571 está alocado no Núcleo de Curitiba – maior núcleo do estado seguido por Londrina com 4.988 professores e Maringá com 3.984 professores. Destes 9.571 professores, 1.024 lecionam Língua Portuguesa e 973 lecionam matemática (ANEXO IV).

3.4 ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA OFERECIDAS AOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NOS ANOS DE 2007, 2008, 2009 E 2010.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) ofereceu as seguintes atividades de formação continuada, nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 para os professores que atuam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas áreas de língua Portuguesa e Matemática.

3.4.1 Atividades oferecidas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009 não foi oferecido nenhum curso específico na área de Língua Portuguesa e Matemática; apenas grupos de estudos realizados aos sábados.

Conforme se observa nas tabelas abaixo.

2007			
NOME	VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES
GRUPO DE ESTUDOS LÍNGUA PORTUGUESA	1.199	267	174
GRUPO DE ESTUDOS MATEMÁTICA	1.106	214	174

FONTE: ARQUIVOS DA SEED/PR

No ano de 2007 não houve significativas inscrições e frequência dos professores aos grupos de estudos realizados; apenas 30% das vagas disponibilizadas foram preenchidas.

2008			
NOME	VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES
GRUPO DE ESTUDOS LÍNGUA PORTUGUESA	3.529	3.016	2.478
GRUPO DE ESTUDOS MATEMÁTICA	3.605	3.244	2.865

FONTE: ARQUIVOS DA SEED/PR

Em 2008 a oferta de grupos de estudos triplicou, e as participações dos professores também foi maior, preenchendo 70% das vagas disponibilizadas.

2009			
NOME	VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES
GRUPO DE ESTUDOS LÍNGUA PORTUGUESA	584	584	542
GRUPO DE ESTUDOS MATEMÁTICA	521	521	474

FONTE: ARQUIVOS DA SEED/PR

No ano de 2009 a oferta diminuiu, no entanto as vagas foram quase totalmente ocupadas.

3.4.2 Atividades de formação continuada oferecidas no ano de 2010.

No ano de 2010, conforme a tabela abaixo, percebe-se um ligeiro aumento na oferta de atividades de formação continuada; também observa-se que surgiram outras modalidades.

NOME DAS ATIVIDADES	VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES	HORAS
CAPACITAÇÃO	60	47	29	12h
CONFERÊNCIAS	242	231	194	48h
CONGRESSOS	250	250	241	34h
ENCONTROS	597	578	496	172h
OFICINA	5851	5764	4862	256
REUNIÕES TÉCNICAS	472	433	395	54h
SEMINÁRIO	177	154	121	36h

FONTE: ARQUIVOS DA SEED/PR

A oferta de grupos de estudos, aos sábados, aumentou nesse ano; porém a adesão dos professores a essa atividade de formação continuada continuou pequena, preenchendo apenas 35% das vagas oferecidas.

NOME DAS ATIVIDADES	VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES	HORAS
GRUPO DE ESTUDOS	4.200	1.409	1409	5h

FONTE: ARQUIVOS DA SEED/PR

Analisando as vagas disponibilizadas nos cursos de formação continuada da Rede Estadual de Educação no ano de 2010, oferecidas para os professores que atuam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nas áreas de conhecimento específicas; e comparando com a oferta nas áreas de Língua Portuguesa e matemática – que são avaliadas na Prova Brasil – observa-se que elas representam menos de 7% da carga horária oferecida ao todo.

ATIVIDADES OFERECIDAS	TOTAL DE VAGAS	TOTAL DE HORAS
OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO	12.093	697 h
ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA	122	46 h
ÁREA DE MATEMÁTICA	104	44h

Ao se comparar as vagas em cursos específicos em Língua Portuguesa e Matemática, com no número de professores dessas disciplinas no mesmo núcleo: 1.024 de Língua Portuguesa e 973 de matemática, percebe-se que as vagas oferecidas atingem um pouco mais 10% do montante de profissionais que trabalham nessas áreas.

Um dos fatores que precisa ser investigado posteriormente, e que pode estar influenciando positivamente nos Resultados da Prova Brasil, é o GTR (grupo de trabalho em Rede - atividade de formação continuada vinculada com o PDE. Pois como mostra a tabela abaixo, essa atividade reuniu um número bem significativo de participantes.

GRUPO DE TRABALHO EM REDE PDE 2009 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E ENSINO			
VAGAS	PROFESSORES INSCRITOS	PROFESSORES PARTICIPANTES	HORAS
21.000	17.676	17.676	64h

Diante dessas constatações, e apesar da melhora gradual nos resultados das edições da Prova Brasil, os dados levantados nessa pesquisa evidenciam que foi pouco o investimento público no Estado do Paraná em cursos de formação continuada; sobretudo nas áreas avaliadas pela Prova Brasil – Língua Portuguesa e Matemática, visando suprir as necessidades dos docentes nessas nas áreas específicas do conhecimento. O que significa que aparentemente não houve articulação das políticas públicas com o resultado da Prova.

Conforme Araújo (2007, p. 30) “a lógica é estimular a produção de qualidade, através da comparação, classificação e pela seleção”. Algumas vezes os resultados das avaliações em larga escala, são desviados de seus objetivos, que é direcionar maior investimento nas áreas com déficits; e acabam sendo utilizados para responsabilizar os profissionais da educação - professores e gestores, ignorando outros fatores relevantes e promovendo o ranqueamento das instituições de ensino.

Chama a atenção o fato de não ser direcionado mais investimentos na formação continuada específica para atender as necessidades latentes dos professores das áreas de Língua Portuguesa e Matemática, pois a formação continuada também precisa ser focada nos conteúdos específicos de cada

disciplina, considerando o que é prioridade ensinar, de que forma será ensinado e como será avaliado.

Quanto a pouca frequência dos professores às atividades propostas, levantam-se algumas hipóteses possíveis: falta de pessoal que possa assumir as aulas no dia da permanência do professor, ou seja, algumas escolas trabalham com o quadro funcional incompleto; o professor não tem disponibilidade de participar no horário em que essa atividade é oferecida; o curso oferecido não atende às necessidades dos professores; ou até mesmo por falta de interesse em participar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos a respeito da formação continuada de professores têm despertado o interesse de um grande número de estudiosos, e reunido muitas iniciativas no âmbito das políticas públicas brasileiras, na última década. Os resultados das avaliações em larga escala evidenciam que grandes parcelas da população apresentam precários desempenhos escolares.

O professor cada vez mais é colocado no papel de principal agente responsável pela qualidade na educação e pela efetivação das políticas públicas. A educação escolar e aos profissionais envolvidos é atribuída a responsabilidade de acompanhar as transformações da sociedade, do mundo do trabalho, das tecnologias e do conhecimento; essas transformações exigem que o professor atualize-se constantemente.

Muitas vezes a formação continuada precisa suprir a defasagem de formação inicial do professor; embora o número de professores sem formação superior tenha diminuído ano a ano, observa-se que muitas instituições de ensino superior ainda realizam uma formação inicial que não prepara adequadamente o professor para atuar em sala de aula.

Nesta pesquisa, a busca da ampliação e do aprofundamento de conceitos como formação continuada, finalidade, modalidades, programas de formação continuada, políticas de formação do professor, avaliações em larga escala, entre outros, se tornou um trabalho árduo e ao mesmo tempo instigante e desafiador.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa do que é a formação continuada e como ela se apresenta no contexto das políticas públicas brasileiras. Sua finalidade, modalidades e importância. Observou-se que a formação continuada precisa ser elaborada com o intuito de dar voz ao professor, levá-lo a reflexão sobre sua prática cotidiana, valorizando-a e articulando com o conhecimento científico. Ser um processo constante, voltado para o coletivo e interligado com as atividades que estão sendo desenvolvidas dentro da Escola. Suscitar no professor a consciência de seu papel de articulador do processo de ensino-aprendizagem; contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, superando o processo de mudanças sociais e educacionais; oferecendo subsídios para lidar com as demandas emergentes e

interagir com a sociedade, participar das definições políticas e dos rumos pedagógicos; elaborar e gerir projetos de trabalho.

Investigou-se as políticas de formação continuada na Rede Estadual de Educação do Paraná, aprofundando o estudo sobre seus programas de capacitação, as principais ações e sobre o PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação), que é atualmente o mais importante programa de formação continuada que a Rede Estadual mantém; com a finalidade de produzir uma melhoria significativa na educação no estado.

Foi realizado um estudo sobre as avaliações de larga escala no país; a intencionalidade dessas avaliações, quais são as avaliações que abrangem as séries finais dos Ensino Fundamental; e os resultados dessas avaliações no estado do Paraná e no município de Curitiba, considerando especialmente o resultado da Prova Brasil 2007; cujo resultado foi divulgado no ano de 2009.

Em seguida foi feito um panorama dos cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná aos professores de Língua Portuguesa e Matemática, que lecionam para as 8^{as} séries/9^{os} anos do Ensino Fundamental. Foram investigados os cursos nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos anos de 2007, 2008 e 2009 e todas as atividades voltadas para a formação continuada realizadas no ano de 2010.

A intenção foi de analisar se a SEED/PR tendo acesso aos resultados da Prova Brasil e especialmente a Prova Brasil/2007, cujo resultado foi divulgado no ano de 2009, realizou ampliação do planejamento de atividades formativas para o ano de 2010.

Pode-se dizer que de 2007 até 2009 não houve significativos investimentos nem ampliação da carga horária em cursos para as áreas de língua Portuguesa e matemática. No ano de 2010 houve uma elevação na oferta de grupos de estudos aos sábados, porém com a mínima frequência de professores. Nesse ano também observou-se uma maior oferta de atividades de formação continuada nas diversas áreas do conhecimento, mas não especificamente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, que são as áreas avaliadas na Prova Brasil.

Considera-se que os resultados de tais avaliações precisam ser devidamente considerados pelos responsáveis pela elaboração das atividades formativas na Secretaria Estadual de Educação, por professores e gestores, pois fornecem informações importantes sobre o desempenho dos alunos, e possível

defasagem no processo de ensino-aprendizagem, que podem vir a ser um instrumento de referência para planejamentos e ações posteriores.

Dessa forma pode-se dizer que não foram considerados os resultados da avaliação nacional – Prova Brasil – no planejamento da formação continuada dos docentes na Rede Estadual de Educação, núcleo de Curitiba.

Esse estudo não pretende identificar a formação continuada como único processo de se alcançar a qualidade almejada na escola pública, por entender existem outros fatores que podem interferir no desempenho dos alunos. Maiores investigações tornam-se necessárias sobre o impacto da formação continuada que é realizada através do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE/PR, que atinge diretamente em média 3% dos profissionais de educação do quadro efetivo da Rede Estadual a cada ano, desde 2007, ano da primeira seleção. E indiretamente atinge mais 25% dos professores efetivos, através do Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

Esta pesquisa não teve a pretensão de apresentar soluções para as dificuldades enfrentadas pelas Escolas e seus profissionais; o que se buscou foi confrontar os dados e observar se as políticas públicas estão sendo aplicadas em atividades de formação continuada que visam suprir as reais necessidades formativas dos professores. E também de alguma forma contribuir para que estudos e reflexões futuras sejam realizados, e esses estudos direcionem discussões e ações em prol de uma formação continuada de qualidade e voltada para reflexão, valorização dos profissionais da Educação e articulação com o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB (1996). MEC. Lei n. 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso: 04/03/2011

BRASIL-MEC. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, 2009 (2). Disponível em:<http://freire.mec.gov.br/index/principal>. Acesso em 12/07/2011.

BRASIL-MEC. **Plano Nacional de Educação**. Fundeb. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: plano de desenvolvimento da educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2009. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 07/06/2011.

BRASIL, 2011. Formação Continuada de Professores: uma Análise das Modalidades e das Práticas em Estados e Municípios Brasileiros. **RELATÓRIO FINAL**. Disponível em <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-formacao-continuada.pdf> Acesso em 16/07/2011.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 09 jan. 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 04/03/2011

BRASIL. Decreto n. 6.755, de 29 jan. 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 2009.

GARCÍA, C. M A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p 51-76.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. In: **Revista Brasileira de Educação**. Autores Associados, jan/abr, vol 13, nº 37, 2008, p.57-70.

GAZETA DO POVO. **Governo planeja “Ideb do Paraná”**. Publicado em 13/05/2011. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1125320>. Acesso em 24/06/2011.

JACOBSEN, C.C. MORI, N. N. R. **PROVA BRASIL E DESEMPENHO EM LÍNGUA PORTUGUESA: um estudo com escolas paranaenses**. Revista HISTEDBR Online, Campinas: São Paulo, n.38, p. 80-91, jun.2010 - ISSN: 1676-2584

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrance. **Educação e Sociedade** [online]. 1999, ano XX, n.68, pp. 163-183.

MARIN, Alda Junqueira. **Educação continuada: Introdução a uma análise de termos e concepções**. In: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÈS, Maria Aparecida Affonso. Educação continuada. São Paulo: CEDES, 1995.

NÓVOA, António. Nota de apresentação. In: NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PARANÁ. **Plano de Carreira dos Professores da Rede Pública de Educação básica do Estado**. 2008.

PARANÁ. **Resolução nº 2007/05** - Dispõe sobre a Formação Continuada por meio do Programa de Capacitação dos profissionais da educação da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná. Disponível em http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo._ Acesso em 19/06/2011.

PARANÁ, SEED, **Programa de Desenvolvimento Educacional: PDE**. Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>. Acesso em: 22/04/2011.

PARANÁ/PORTAL. Disponível em <http://www.diaadia.pr.gov.br/index.php>. Acesso em maio/2011.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, C. A. B. PEREIRA, J. F. F. **Análise das respostas de professores ao questionário do Saeb/Prova Brasil (CO) CIAEM, 30 JUNHO, RECIFE BRASIL XIII CIAEM-IACME, Recife, Brasil, 2011**. Disponível em http://cimm.ucr.ac.cr/ocs/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/viewFile/980/414. Acesso em 28/06/2011.

ANEXO I

MATRIZ DE REFERÊNCIA – LÍNGUA PORTUGUESA – 8ª SÉRIE/9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Descritores do Tópico I. Procedimentos de Leitura.

D1 – Localizar informações explícitas em um texto.

D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.

D4 – Inferir uma informação implícita em um texto.

D6 – Identificar o tema de um texto.

D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

Descritores do Tópico II. Implicações do Suporte, do Gênero e /ou do Enunciador na compreensão do Texto.

D5 – Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc.).

D12 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

Descritores do Tópico III. Relação entre Textos.

D20 – Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

D21 – Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.

Descritores do Tópico IV. Coerência e Coesão no Processamento do Texto.

D2 – Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.

D7 – Identificar a tese de um texto.

D8 – Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.

D9 – Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.

D10 – Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.

D11 – Estabelecer relação causa/conseqüência entre partes e elementos do texto.

D15 – Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

Descritores do Tópico V. Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido.

D16 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.

D17 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

D18 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.

D19 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfosintáticos.

Descritores do Tópico VI. Variação Lingüística.

D13 – Identificar as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor

FONTE: INEP (Disponível em <http://provabrasil.inep.gov.br/31>),

ANEXO II

MATRIZES DE MATEMÁTICA DA 8ª SÉRIE / 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tema I. Espaço e Forma

D1 – Identificar a localização/movimentação de objeto, em mapas, croquis e outras representações gráficas.

D2 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com suas planificações.

D3 – Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.

D4 – Identificar relação entre quadriláteros, por meio de suas propriedades.

D5 – Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

D6 – Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.

D7 – Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.

D8 – Resolver problema utilizando a propriedade dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares).

D9 – Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas.

D10 – Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos.

D11 – Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.

Tema II. Grandezas e Medidas

D12 – Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.

D13 – Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.

D14 – Resolver problema envolvendo noções de volume.

D15 – Resolver problema envolvendo relações entre diferentes unidades de medida.

Tema III. Números e Operações /Álgebra e Funções.

D16 – Identificar a localização de números inteiros na reta numérica.

D17 – Identificar a localização de números racionais na reta numérica.

D18 – Efetuar cálculos com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D19 – Resolver problema com números naturais envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D20 – Resolver problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D21 – Reconhecer as diferentes representações de um número racional.

D22 – Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.

D23 – Identificar frações equivalentes.

D24 – Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal identificando a existência de "ordens" como décimos, centésimos e milésimos.

D25 – Efetuar cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D26 – Resolver problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D27 – Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.

D28 – Resolver problema que envolva porcentagem.

D29 – Resolver problema que envolva variações proporcionais, diretas ou inversas entre grandezas.

D30 – Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica.

D31 – Resolver problema que envolva equação de segundo grau.

D32 – Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em seqüências de números ou figuras (padrões).

D33 – Identificar uma equação ou uma inequação de primeiro grau que expressa um problema.

D34 – Identificar um sistema de equações do primeiro grau que expressa um problema.

D35 – Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações de primeiro grau.

Tema IV. Tratamento da Informação.

D36 – Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.

D37 – Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

FONTE: INEP (Disponível em <http://provabrasil.inep.gov.br/33>)

ANEXO III

QUADRO DE TOTAIS DE PROFESSORES/ESPECIALISTAS DO ESTADO POR PESSOAS/VÍNCULO.

Núcleo Regional de Educação	Total de Pessoas	Vínculos							
		QPM-P	QPM-E	QUP	TF57-L	PEPR	PEPE	REPR	REPE
01 - APUCARANA	2191	1397	114	1				606	73
02 - AREA METROP.NORTE	3669	2073	185	5		1		1179	226
03 - AREA METROP.SUL	3954	2264	276	3				1266	145
04 - ASSIS CHATEAUBRIAN	742	479	40	1				205	17
05 - CAMPO MOURAO	1864	1165	130					507	62
06 - CASCAVEL	3079	1817	219	2				950	91
07 - CIANORTE	1071	686	78					286	21
08 - CORNELIO PROCOPIO	1819	1152	146					453	68
09 - CURITIBA	9571	6117	808	10			1	2523	112
10 - DOIS VIZINHOS	667	414	47					190	16
11 - FOZ DO IGUAÇU	2322	1403	122					718	79
12 - FRANCISCO BELTRAO	2060	1327	122	1				561	49
13 - GOIOERE	890	530	42	2				292	24
14 - GUARAPUAVA	1674	1029	120	3				471	51
15 - IRATI	1303	753	81	1				421	47
16 - IVAIPORA	1464	832	55	4				518	55
17 - JACAREZINHO	1658	1090	127	2				414	25
18 - LONDRINA	4988	3122	374	2				1369	121
19 - MARINGA	3984	2731	410	1				814	28
20 - LOANDA	792	506	54					219	13
21 - PARANAGUA	1725	1072	129	3	1			483	37
22 - PARANAVAI	1519	974	113					414	18
23 - PATO BRANCO	2002	1094	108	6				706	88
24 - PITANGA	778	416	33	1				286	42
25 - PONTA GROSSA	3264	2020	282	3				889	70
26 - TELEMAGO BORBA	1136	543	45	1				481	66
27 - TOLEDO	2305	1458	138	4				637	68

28 - UMUARAMA	1877	1198	122					508	49
29 - UNIAO DA VITORIA	1305	773	78	3				417	34
30 - WENCESLAU BRAZ	934	483	52					359	40
31 - LARANJEIRAS DO SUL	1219	581	53	1				518	66
32 - IBAITI	818	487	39	1				263	28
Total do Estado	68644	41986	4742	61	1	1	1	19923	1929

Descrição dos Vínculos:

	QPM-P	-	PROFESSORES DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
	QPM-E	-	ESPECIALISTAS DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
	QUP	-	PROFESSORES DO QUADRO UNICO DE PESSOAL
	TF57-L	-	PROF. DE 5/8 E 2.GRAU - LEI N. 10219/92
	PEPR	-	PROF.CONTRATADOS PELO PARANAEDUCACAO
	PEPE	-	PARANAEDUCACAO - PEDAGOGOS
	REPR	-	REGIME ESPECIAL - PROFESSOR
	REPE	-	REGIME ESPECIAL - PEDAGOGO

ANEXO IV

QUADRO PROFESSORES /ESPECIALISTAS DO NÚCLEO DE CURITIBA, POR PESSOAS/ÁREA DE ATUAÇÃO – MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL

Áreas de Atuação	Total de Pessoas	Vínculos				
		QPM-P	QPM-E	QUP	REPR	REPE
0106 - EDUCACAO PROFISSIONAL	27	19	2		6	
0109 - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	353	163	1	1	188	
0112 - COMERCIO	25	12	1		12	
0115 - GESTAO	146	55		1	90	
0141 - PROJETOS E PROG.ESPECIAIS	133	67			66	
0144 - FORMACAO DE DOCENTES/NORMAL	10				7	3
0146 - EDUCACAO AMBIENTAL	3	2			1	
0157 - SECRETARIADO	24	10			14	
0199 - PORTUGUES	1024	753	5		266	
0299 - MATEMATICA	973	702	3	1	267	
0399 - CIENCIAS	616	370	2		244	
0499 - GEOGRAFIA	686	440			246	
0599 - HISTORIA	771	494	2		275	
0699 - EDUCACAO FISICA	677	474			203	
0799 - ARTE	583	392	1	1	189	
0899 - QUIMICA	322	207	1	1	113	
0999 - FISICA	320	215		1	104	
1099 - BIOLOGIA	354	220		1	133	
1199 - LINGUA ESTRANGEIRA-INGLES	597	387	1		209	
1299 - LINGUA ESTRANGEIRA-FRANCES	3	3				
1399 - LINGUA ESTRANGEIRA-ESPANHOL	100	55			45	
1499 - LINGUA ESTRANGEIRA-ALEMAO	4	4				
1599 - LINGUA ESTRANGEIRA-ITALIANO	1	1				
1699 - DIDATICA E PRATICA DE ENSINO	2	2				
1701 - ENFERMAGEM	22	12			10	
1702 - SEGURANCA DO TRABALHO	52	22		1	29	
1704 - LOGISTICA	22	8			14	
1705 - CUIDADOS COM A PESSOA IDOSA	4	3			1	
1707 - ARTE DRAMATICA	9	9				
1799 - FORMACAO DE DOCENTE	99	54	18		27	
1899 - CIENCIAS CONTABEIS	80	40		1	39	
2099 - ENSINO FUNDAMENTAL 1 A 4 SERIE	679	490	25		164	
2199 - PSICOLOGIA	26	11	1		14	
2299 - FILOSOFIA	313	168	6		139	

2399 - SOCIOLOGIA	346	193	5		148	
2499 - COMUNICACAO SOCIAL	3	2			1	
3099 - NUTRICAO	11	2			9	
3199 - PROTESE ODONTOLOGICA	9	1			8	
3299 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	4	1			3	
3399 - FARMACIA	1	1				
3599 - PATOLOGIA CLINICA	1	1				
3799 - CONSTRUCAO CIVIL	26	5		2	19	
3899 - ELETROTECNICA	15	7			8	
3999 - MECANICA	14	3			11	
4099 - DIREITO	39	13			26	
4299 - CIENCIAS ECONOMICAS	56	20		1	35	
4399 - ESTATISTICA	25	12		1	12	
4499 - INFORMATICA	83	29	1	1	52	
4699 - AGRICULTURA	1				1	
5099 - MEIO AMBIENTE	54	32			22	
5299 - TURISMO	24	13			11	
5399 - LINGUA ESTRANGEIRA - MANDARIM	1				1	
5699 - LINGUA ESTRANGEIRA-POLONES	1				1	
5899 - LIBRAS	1				1	
5999 - LINGUA ESTRANGEIRA-JAPONES	1				1	
6000 - COMUNICACAO	8	5			3	
6100 - AGROECOLOGIA	4	3			1	
6900 - EDUCACAO ESPECIAL	67	53	5		9	
7200 - ELETROMECANICA	30	15			15	
7201 - ELETROELETRONICA	5	2			3	
7599 - ELETRONICA	19	8			11	
7999 - ENSINO RELIGIOSO	397	235	9		153	
8399 - TECNICAS INDUSTRIAIS	1	1				
8499 - AGRIMENSURA	5	1		1	3	
8599 - ANAL.QUIMICA/PROC.INDUSTRIAIS	44	29	1		14	
8700 - TEC. EM SEGURANCA DE TRABALHO	2	2				
8801 - DISCIPLINAS TECNICAS	18	3			15	
9316 - PEDAGOGIA	738	33	588		8	109
Total do Município	11114	6589	678	15	3720	112

Descrição dos Vínculos:

- QPM-P - PROFESSORES DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QPM-E - ESPECIALISTAS DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QUP - PROFESSORES DO QUADRO UNICO DE PESSOAL
- REPR - REGIME ESPECIAL - PROFESSOR
- REPE - REGIME ESPECIAL - PEDAGOGO